

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA: A MORTE DO SUJEITO DO CONHECIMENTO

JOSIELE OLIVEIRA DA SILVA, ROCHELE LOGUERCIO

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3740>

Submetido em: 2022-03-07

Postado em: 2022-03-23 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

O DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA: A MORTE DO SUJEITO DO CONHECIMENTO

JOSIELE OLIVEIRA DA SILVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2150-6513>

ROCHELE DE QUADROS LOGUERCIO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8464-4801>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo construir teoricamente o conceito de *Dispositivo de Necrodocência* a partir das noções de *Dispositivo* em Michel Foucault (2015-2017) e da *Necropolítica* de Aquille Mbembe (2018). A partir de uma discussão acerca dos modos como as políticas públicas são produzidas (e operam) em uma racionalidade neoliberal, tentamos compreender como alguns elementos referentes à educação se (inter)relacionam, na atualidade, constituindo a morte do professor como sujeito do conhecimento. A fim de construir teoricamente a noção de *Dispositivo de Necrodocência* em um determinado contexto histórico, trazemos as conceituações de *biopolítica*, *biopoder* e *prática* em Michel Foucault. Entendemos por *Dispositivo de Necrodocência* a articulação estratégica entre diferentes elementos como as políticas públicas e curriculares, as produções midiáticas, as relações interpessoais inerentes ao trabalho docente, a desestruturação sistemática das instituições de ensino, os movimentos neoconservadores que atingem a docência, produzindo modos de ser professor cada vez mais afastados da produção de conhecimento.

Palavras-chave: biopolítica, docência, necropolítica

THE DISPOSITIVO DE NECRODOCÊNCIA: THE DEATH OF THE SUBJECT OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: This paper seeks to theoretically construct the concept of *Dispositivo de Necrodocência* from the notions of *Dispositive* in Michel Foucault (2015-2017) and the *Necropolitics* of Aquille Mbembe (2018). From a discussion about the ways in which policies are produced in a neoliberal rationality, we try to understand how some elements related to education relate in the nowadays operating in the death of the teacher as a subject of knowledge. In order to understand how the Necroteaching Dispositive is located in a historical context, we bring the notions of Biopolitics, Biopoder and practice in Foucault. We understand by Necroteaching Dispositive the strategic articulation between different elements such as public and curricular policies, media productions, interpersonal relationships inherent to the teaching work, and the systematic destructuring of educational institutions, which operate producing ways of being a teacher increasingly removed from knowledge.

Keywords: biopolitics, teaching, necropolitics.

EL DISPOSITIVO DE NECRODOCENCIA: LA MUERTE DEL SUJETO DEL CONOCIMIENTO

RESUMEN: El presente trabajo pretende construir teóricamente el concepto de *Dispositivo de Necrodocencia* a partir de las nociones de *Dispositivo* en Michel Foucault (2015-2017) y la *Necropolítica* de Aquille Mbembe (2018). A partir de una discusión sobre las formas en que se producen (y operan) las políticas públicas en una racionalidad neoliberal, se intenta comprender cómo se (inter)relacionan algunos

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), País. <josielequimica@gmail.com>

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), País. <rochelel@gmail.com>

elementos referidos a la educación, en la actualidad, constituyendo la muerte del docente como sujeto de conocimiento. Para construir teóricamente la noción de *Dispositivo de Necrodocencia* en un contexto histórico determinado, traemos las conceptualizaciones de biopolítica, biopoder y práctica en Michel Foucault. Entendemos por *Dispositivo de Necrodocencia* la articulación estratégica entre diferentes elementos como las políticas públicas y curriculares, las producciones mediáticas, las relaciones interpersonales inherentes al trabajo docente, la desestructuración sistemática de las instituciones educativas, los movimientos neoconservadores que afectan a la enseñanza, produciendo formas de ser docente cada vez más alejadas de la producción de conocimiento.

Palabras clave: biopolítica, docencia, necropolítica.

INTRODUÇÃO

É possível assegurar que o professor é constantemente interpelado por um número considerável de documentos, tecnologias, atividades produzidas em diferentes espaços, compondo assim um povoado de enunciados e práticas que se dispersam produzindo efeitos no que se entende, na contemporaneidade, por profissão docente. Para buscar entender a multiplicidade desses efeitos, elegemos trabalhar um conceito amplo desenvolvido por Michel Foucault – o conceito de dispositivo – que implica uma forma de análise que prioriza um olhar sobre as práticas existentes numa determinada sociedade em seu tempo histórico, cujo foco está em entender, numa rede de elementos heterogêneos, as suas posições de poder e, portanto, as produções de saber que aí emergem, enfim uma série de técnicas, tecnologias, documentos, políticas que potencializam estrategicamente formas de se ver, falar e agir.

O dispositivo enquanto conceito potente para esta análise, se implementa pela urgência em entender e dar visibilidade às diferentes formas pelas quais a docência tem sido narrada, interpelada e constituída na contemporaneidade. Nesse sentido, o dispositivo visibiliza, dentre outros elementos, as diferentes formas de conduzir as práticas discursivas (documentos, textos, leis, etc.) e não discursivas, (modos de distribuir os alunos, as disciplinas, a arquitetura dos espaços escolares) sobre a docência, a ética e a estética de si (entendidas como o agir no mundo).

Outro conceito que nos ajuda nessa pesquisa é o conceito de biopolítica, que, numa perspectiva foucaultiana, pode ser designada como a forma que o biopoder, entre os séc. XVIII e XIX, tende a se ocupar da gestão da vida das populações para que estas se tornem mais normalizáveis. Por biopolítica estende-se como uma nova racionalidade de gestão que se efetiva usando tecnologias, estatísticas, que focam as suas estratégias menos no indivíduo e mais nas populações, buscando a sua regulação. Em suma, o biopoder tem como objetivo cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, sendo esse fazer normalizado, populacional e estatístico, onde há sempre corpos que importam e corpos que sobram.

Em contrapartida, considerando a racionalidade dominante nas políticas dos dias atuais, é possível pensar que o biopoder, operando sob uma óptica neoliberal, vem reconfigurando suas formas de governamento, e essa nova configuração implica numa inversão da população atingida na biopolítica, produzindo o que Mbembe (2018) vai chamar de necropoder. O autor, ao observar uma outra perspectiva sobre as políticas atuais, afirma que as práticas são voltadas não mais para governar/gestar a vida da população, mas para promover a morte dos sujeitos que sobram diante da sociedade, realizando uma inversão do bio para o necro. Segundo Castro (2016), o conceito de Governo para Foucault pode ser entendido a partir de dois eixos: da relação dos sujeitos com o governo e do governo com ele mesmo. No primeiro caso é possível conceber que o governo trabalha dentro de um campo de possibilidades, ou seja, é a forma de atuar sobre os sujeitos atuantes, na medida em que estes atuam; conduzir condutas. Já no segundo eixo, o governo é aquele que, na sua relação consigo mesmo, trata de dominar prazeres e desejos a partir/nas relações entre o governo de si e dos outros. Os processos de subjetivação encontram-se no cruzamento entre esses dois eixos.

A partir da concepção de Necropolítica de Mbembe (2018) encontramos elementos que nos levam a entender o momento da docência como um momento de morte. Nesse sentido, cunhamos o termo *Dispositivo de Necrodocência*, ou seja, um conjunto de elementos heterogêneos se interrelacionando e constituindo uma política de morte ao professor como sujeito do conhecimento, atingindo a docência, onde esta se constitui enquanto campo de saber. Essa ferramenta teórica-metodológica-analítica é constituída por elementos diversos como os documentos que pautam a educação no país, as relações interpessoais constituídas no interior e no exterior das escolas, as condições de trabalho, a arquitetura dos espaços de ensino, as políticas públicas, as intervenções midiáticas, assim como as formas de falar e narrar a docência e o docente. Tomando quatro conceitos/movimentos básicos (docência, biopolítica, necropolítica, conhecimento) construímos um conceito operador de análise e marco metodológico cujo objetivo é desenvolver teoricamente o conceito de *Dispositivo de Necrodocência* constituindo práticas sobre a docência.

PRÁTICA COMO METODOLOGIA DE PESQUISA

O Foucault didatizado da maioria absoluta dos estudos analíticos é dividido em três fases (arqueologia, genealogia e ética ou desejo). Se no estudo arqueológico, Foucault procurava entender como se davam as condições de possibilidade para que determinadas enunciações entrassem na ordem do discurso, na genealogia ele buscava entender os efeitos produzidos pelo poder nas práticas discursivas e não discursivas, e na ética, os efeitos do ser consigo.

Nessa trajetória é possível perceber o conceito de prática permeando toda a obra do autor, embora esta não esteja detalhada/explicada em nenhum de seus livros e está totalmente interligada com a noção de *éthos* (atitude) que pode ser considerado, segundo Foucault como uma “série de investigações ao mesmo tempo arqueológicas e genealógicas acerca das práticas que nos constituem historicamente” (CASTRO, 2016, p. 337).

Entender prática em Foucault implica constituir os modos de tratar os achados que farão parte desta pesquisa, pois a análise das práticas que instituem a docência e o sujeito do conhecimento precisam ser analisada enquanto *éthos* (atitude), compondo assim o que pode ser considerado uma metodologia de pesquisa numa perspectiva pós-crítica. Identificar as práticas em sua homogeneidade (modos de agir de acordo com uma racionalidade ou regularidade específica), sistematicidade (buscar evidências em três eixos bases: saber -o que se diz-, poder - o que se faz na relação com outros - e ética - o que se faz na relação consigo), generalidade (identificar o que recorre em tempos e condições específicas). Nos apoiamos nos estudos de Castro sobre Foucault para compreender quais características que delimitam ou definem o que Foucault entende por prática:

1) A Homogeneidade: há formas de identificar uma certa homogeneidade de práticas que acontecem em momentos mais ou menos localizáveis na nossa história. Buscar essa homogeneidade é buscar as formas de racionalidade que organizam o fazer. Além disso é possível atentar para a regularidade dos modos de ser dos sujeitos, ou seja, pensar sobre a liberdade em que esses se movem nesse sistema, o que Foucault vai chamar de jogo estratégico. No que tange a docência busca-se entender qual a racionalidade que organiza a prática docente, o que consta em documentos oficiais, o que está escrito nas diversas mídias, o que é narrado sobre a profissão.

2) A Sistematicidade: Investigar as práticas requer que sejam considerados os eixos do saber (práticas discursivas), do poder (a relação do sujeito com os outros) e da ética (relação do sujeito com ele mesmo), levando em consideração o entrelaçamento entre esses três eixos. No que se refere à docência, observar as práticas implica em ver uma rede que produz o falar dos docentes sobre sua profissão, sobre seu modo de agir, sobre seu modo de pensar-se.

3) Generalidade: as práticas possuem caráter recorrente, porém em uma análise genealógica não faz sentido pensar em interpretar essa recorrência, mas sim percebê-las como uma configuração histórica singular, ou seja, embora seja possível perceber alguma similaridade em certas condutas na história, estas sempre emergem em racionalidades diferentes, se configurando como práticas diferentes.

Em síntese, podemos dizer que Foucault entende por prática a racionalidade ou os sistemas de pensamento que configuram uma regularidade e que sistematizam o que os homens fazem e/ou da forma que pensam. Enfim, práticas tem como característica possuem um caráter sistemático e recorrente e que, portanto, constroem pensamentos e modos de ser/existir. Em síntese, podemos dizer que Foucault entende por práticas a racionalidade a regularidade do que os homens fazem e de que forma se organizam. Nessa perspectiva, é preciso buscar o pensamento não em formulações teóricas, mas analisá-lo a partir das maneiras que o indivíduo diz, faz e conduz a si mesmo como um sujeito do conhecimento, ético e ciente (de si e dos outros).

No presente trabalho compreendemos que o *Dispositivo de Necrodocência* como operador teórico-metodológico-analítico circunscreve os três eixos. Com relação ao eixo do saber, podemos problematizar o pouco destaque dado ao conhecimento no que concerne a docência, o que confere uma fragilidade à mesma em se legitimar enquanto profissão e é preciso ressaltar que os processos que atravessam a profissão são constituídos (e constituem) relações de poder. Assim, podemos ter como exemplo a ampla gama de documentos oficiais como a BNCC (BRASIL, 2017), onde o professor aparece apenas como um orientador dos processos de aprendizagem, corroborando com um processo

de desintelectualização da profissão e colocando a singularidade dos saberes construídos a partir/nas experiências docentes como irrelevante para o ensino.

O DISPOSITIVO COMO OPERADOR DE ANÁLISE

A partir do momento em que a análise de Foucault se concentra no poder, é cunhada a noção de dispositivo, que segundo Revel (2005, p. 89) são “operadores materiais do poder”. Foucault - usando como ferramenta de análise o Dispositivo de Sexualidade - visibiliza o comportamento dos sujeitos nesse campo, volta seu olhar para o entrecruzamento entre os aspectos biológicos, sociais e jurídicos na produção da sexualidade ocidental moderna, tendo em vista que toda produção sempre se dá em meio às relações de poder. Nos parece importante ressaltar aqui algumas características do entendimento de poder em Foucault.

- O poder se exerce a partir de inúmeros pontos em meio à relações desiguais e móveis, logo não é algo que se possua, se adquira ou compartilhe. Ninguém possui ou não poder, ele se dá nas relações e essas não são entre dominadores e dominados, pois é efeito e produção da correlação de forças múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nas instituições, etc.

- As relações de poder não são exteriores a outros tipos de relações como as que já conhecemos, como econômicas, sociais, políticas ou mesmo as sexuais. Pelo contrário, lhes são imanentes, são efeitos imediatos das desigualdades e desequilíbrios que se produzem em quaisquer relações. Nesse sentido, pode se perceber que não se trata de um poder que tem em si somente o papel de proibição, ele é sobretudo produtivo. As relações de poder são intencionais e não individuais de um sujeito específico. São inteligíveis, mas não na ordem da causalidade e sim atravessadas de fora a fora por um cálculo. Não há poder exercido sem suas miras e objetivos.

- Onde há poder há resistência e esta nunca está em relação de exterioridade ao poder. Não há relações de poder se não em função das multiplicidades e dos pontos de resistência presentes em toda rede de poder.

O poder, num viés foucaultiano, traz consigo algumas características: incitar, fazer ver e falar e que são diferentes das características do saber: educar, tratar, normalizar, punir. Porém saber-poder tem uma integração recíproca, embora sejam de “naturezas” diferentes. A produção do saber e pelo saber se dá a partir/nos embates de força, tanto no visível quanto no enunciável. Ao contrário do que se pode pensar num primeiro momento, essa não é uma relação de causalidade, mas sim uma codominância, visto que toda produção de saber acaba remanejando e “atualizando” as relações de poder. É preciso compreender o poder em dois níveis: o da produção tática (suas possibilidades de aplicação) e o da estratégia. No caso da estratégia, esta pode ser entendida como a forma pela qual o poder se reorganiza frente à uma resistência, ou seja, um poder “de nova roupagem”, resultado de um confronto produzido por embates de força.

Enfim, entendido o poder ressignificado, voltamos ao dispositivo como uma ferramenta de análise que consiste numa rede que pode ser estabelecida por diferentes elementos atravessados entre si, operando como um mecanismo de poder com múltiplas dimensões em jogo. É o momento em que o autor sente a necessidade de trazer o agenciamento humano para dentro de sua análise, ou seja, como se constituem as condutas e como as subjetividades são produzidas a partir das práticas, dentre elas as práticas de si.

Foucault cria o conceito do dispositivo em meados dos anos setenta, quando sua análise se volta para o “governo dos homens” (governamentalidade), ou seja, para análise dos jogos de poder, a noção de episteme, cunhada por Foucault anteriormente, se mostrava ineficiente, logo, o dispositivo foucaultiano emerge como uma mudança em sua racionalidade analítica. Este consiste numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como: as relações entre poder-saber e as relações entre as formações sociais/culturais e a constituição dos sujeitos de um determinado tempo histórico. Pode ser compreendido com um conjunto heterogêneo de práticas que incluem o dito e o não dito (discursos, leis, medidas de segurança, arquitetura de prédios de diferentes instituições, práticas, etc.), bem como o modo de agir dos sujeitos em diferentes espaços sendo o entrecruzamento desses elementos instituídos pelas relações de poder. Agamben, inspirado na conceituação de Foucault, amplia o conceito trazendo outros elementos que, na atualidade, também constituem um dispositivo.

Generalizando posteriormente a já ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar, assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc. cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também é a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e por que não a própria linguagem que talvez é o mais antigo dos dispositivos [...] (AGAMBEN, 2005, p. 13)

Nessa direção, numa perspectiva foucaultiana, tendo como eixo os jogos de poder, é preciso compreender tanto a natureza do nexos dos dispositivos quanto as suas funções estratégicas, a fim de estabelecer relações entre as práticas que interpelam determinados sujeitos, de acordo com a posição que estes ocupam. O dispositivo se compõe de diferentes elementos, dispostos em rede, cuja natureza do nexos é o que mantém unida a análise dos efeitos das conjunções de tais elementos, como por exemplo, no *Dispositivo de Sexualidade* podemos identificar diferentes instituições (a igreja, a escola, a família) operando esse modo de ser na sexualidade de seu tempo, como textos, legislações e práticas sobre/de sexualidade que compõem o possível para seu exercício. No nosso caso, a natureza do nexos é a morte do sujeito do conhecimento que pode ser percebida em diferentes elementos que se interpelam e produzem um novo sujeito docente que talvez, efetivamente, não seja um conhecedor, mas consumidor de um conhecimento morto.

Por sua vez, o dispositivo como estratégia, requer que não olhemos apenas para o estrato (verdades estratificadas, o que é estável), mas para os embates de força que o produz. Enquanto função estratégica, o mesmo funciona como produtor de determinado aparato ou técnica que resolva uma urgência, não implicando que esse aparato ou técnica seja capaz de finalizar a demanda que o gerou, pois produz diferentes efeitos, nem sempre correspondentes a finalidade inicial do dispositivo. Foucault cunhou o termo sobredeterminação funcional para enfatizar que uma estratégia, aparato ou prática pode resultar diferentes efeitos que, ao se acumularem, sobreporem, antagonizarem-se acabam atualizando o dispositivo.

Um exemplo bastante recente de sobredeterminação funcional e preenchimento estratégico, no que concerne à educação, foi a constituição de **disciplinas escolares** para estudar os conceitos de forma aprofundada, em campos disciplinares distintos. A separação do conhecimento áreas emerge a partir do pensamento cartesiano de Descartes e este pode ser considerado um precursor da concepção de uma natureza dividida entre dois domínios: mente e matéria. Essa separação constituiu, no sistema ocidental moderno, os processos de aquisição, construção e disseminação do conhecimento, permanecendo como uma característica presente no desenvolvimento científico. Esse entendimento sobre as formas como se dá e se desenvolve a ciência, produziu efeitos no campo educacional, mais especificamente na constituição de disciplinas curriculares específicas. Além disso, o processo de produção industrial ocorrida ao final do século XIX também pode ser considerado um elemento impulsionador de um currículo constituído em disciplinas fragmentadas. Santomé (1998), aponta que a tendência de um currículo escolar separado em disciplinas autônomas é efeito do processo de transformação cultural ocorrido nos países europeus mais desenvolvidos.

A segmentação do conhecimento em disciplinas específicas, teve como efeito, diferentemente de sua finalidade inicial, um entendimento de conceitos específicos e um desconhecimento dos fenômenos em sua forma mais complexa, o que podemos chamar de sobredeterminação do dispositivo. Como forma de preenchimento estratégico se produziram diferentes textos sobre a importância da interdisciplinaridade; emerge daí, o que Veiga-Netto (1996) vai chamar de “Movimento pela Interdisciplinaridade”. O dispositivo enquanto ferramenta estratégica, no exemplo que damos foi composto por leis, políticas públicas, medidas curriculares (tanto na educação básica quanto no ensino superior), construção de laboratórios de ensino, etc., produzindo nos sujeitos pedagógicos – aqui professores da Educação Básica e estudantes de cursos de licenciatura -, a necessidade de se tornarem sujeitos interdisciplinares.

A ferramenta conceitual dispositivo permite que, ao traçar uma rede entre elementos díspares, com um foco determinado, se identifiquem diferentes ações, sobredeterminações e preenchimentos desse dispositivo e de sua potencialidade. Assim, olhamos para o conceito foucaultiano inspiradas em Deleuze (1996), assumindo-o como uma trama de enunciados e visibilidades, saberes, poderes e modos de subjetivação.

É antes de mais nada, uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objeto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. (DELEUZE, 1996, p. 83)

O conceito de dispositivo em Foucault, que serve como ferramenta para o autor localizar e entender a dinâmica das relações de força que agem regulando as populações e produzindo uma determinada forma de gestar a vida, nos serve como ferramenta de entendimento de práticas nas ações docentes que constituem o sujeito do conhecimento.

BIOPODER/BIOPOLÍTICA E A FABRICAÇÃO DA DOCÊNCIA

Já mencionamos que as análises para a construção de nosso trabalho se dão a partir/no conceito de Bio em Michel Foucault. Cabe portanto discutir um pouco mais alguns dos conceitos desenvolvidos por Foucault como: biopoder, biopolítica e População, conceitos que mais tarde serão ressignificados na contemporaneidade. Nesse sentido, nos parece relevante, fazer uma breve retomada do que seria o conceito de biopolítica numa perspectiva foucaultiana. Segundo Foucault (2008a), a biopolítica começa a se desenhar no século XVIII, a partir das demandas da modernidade em gestar para a vida da população, tornando-a mais produtiva.

O conceito de Modernidade³ a partir de Foucault, pode ser vista como um período histórico que tem seu início no fim do século XVIII e se estende até nós e, nessa direção, olhando pelas lentes do saber, esta se refere a ao período em que as ciências humanas também se legitimam enquanto verdade. Assim, podemos afirmar que o homem, tal qual compreendemos hoje é uma invenção da modernidade, ou seja, o homem, enquanto sujeito social, se torna objeto e sujeito do conhecimento. Além disso, numa perspectiva foucaultiana, a episteme moderna pode ser compreendida a partir das formas de exercício do poder disciplinar (sobre o indivíduo) e da biopolítica (poder sobre a população), constituindo assim a modernidade como a época dos processos de normalização.

Segundo Castro (2016), o homem enquanto sujeito-objeto não é somente uma determinação constituída no campo conhecimento, mas produto do exercício das formas de poder e saber intrincadas entre si, ou seja uma construção histórica das práticas (discursivas e não discursivas). Nos parece importante ressaltar essa definição no texto, pois é a ciência que, de diferentes formas, na modernidade, vai determinar quais vidas (dentro da população) as estratégias políticas devem se ocupar.

Nessa direção, ocupar-se da biopolítica, implica, entender como as relações de governo deixaram de focar no indivíduo e no território passando a se organizar em torno da população, em seus dados estatísticos, produzindo um saber sobre os sujeitos que permite regular suas práticas. Assim, é possível afirmar que biopolítica e sociedade disciplinar são duas formas que engendram uma população produtiva em tempos que começa a surgir uma nova ordem econômica, o liberalismo – seguido pelo neoliberalismo.

Para Foucault (2008a), a invenção da população (biopolítica como corpo espécie) se dá ao mesmo tempo que o indivíduo nasce como um corpo adestrável (poder disciplinar como corpo máquina), se constituindo como uma estratégia de governo, com novos procedimentos políticos (e econômicos) para a produção de riquezas de uma nação. biopolítica e poder disciplinar constituem uma nova forma do poder operar sobre a vida, tanto individual quanto totalizante: o biopoder. Nessa direção, o autor

³ Do ponto de vista político, podemos dizer que a Modernidade começa com a Revolução Francesa e se formos tomar como perspectiva o campo filosófico, a obra de Kant pode ser compreendida como um acontecimento que marca o início do sistema de pensamento moderno.

analisa como se constituem determinadas formas de ser/agir na sociedade ou como o sujeito é narrado, focando sua análise nos espaços que este ocupa. Assim, configura-se uma racionalidade⁴ diferente nos modos de governar/gestar os sujeitos: na sociedade disciplinar um corpo dócil, na biopolítica um corpo produtivo. Nesse sentido, enquanto na Sociedade disciplinar o foco do poder é o corpo - anátomopolítica (política centrada na disciplinarização de corpos físicos), a biopolítica trabalha com governo de populações, a fim de fabricar condutas.

Diferentemente, o Poder Soberano (séc. XVII – XVIII) - fazer morrer ou deixar viver - foi sendo paulatinamente deslocado por um poder inverso, que faz viver ou abandona os sujeitos à morte⁵. Dizer que o poder, no século XIX, assumiu a vida para si, é compreender que “ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina de uma parte, e das tecnologias de regulamentação da outra” (FOUCAULT, 2010, p. 213).

Desse modo, a vida e a morte são deslocadas de sua naturalidade⁶ e passam a ocupar o centro de uma agência política. Assim, é possível entender que o biopoder enquanto modo político e econômico de governar/normalizar as populações foi um elemento indispensável para o aparecimento do capitalismo (modelo econômico) e de uma ordem liberal (modelo político/econômico/*éthos*⁷). Foucault (2008b), embasado em questões históricas, apontava que o liberalismo estadunidense (EUA) não era apenas uma questão econômica ou política, mas sim uma maneira de ser e pensar, uma relação entre governantes e governados que extrapola as questões mais burocráticas do Estado, ou seja, “é também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica” (FOUCAULT, 2008b, p. 301). Em outras palavras, o liberalismo se apresenta como o princípio e o método de racionalização do governo, uma prática (maneira de fazer) orientada por seus objetivos e autorregulada.

Enfim, a mudança nas formas de organizar a vida passa de uma política territorial de morte, típica da soberania, para uma política populacional que transcende os conceitos de território, pois a população extrapola tais limites. Gestar, biopoliticamente, implica considerar o valor de cada um enquanto força motriz e potencial produtivo numa determinada sociedade, no entanto, nesse viés, o sujeito não é tratado como indivíduo, mas parte de uma população, sendo esta o foco da biopolítica.

A população, em termos foucaultianos, pode ser compreendida como um grupo de sujeitos que possuem traços biológicos particulares, cuja vida pode ser gestada para torná-los mais produtivos econômica e politicamente. Essa gestão se dá não só levando em conta os traços biológicos desses sujeitos, mas também a partir das relações de coexistência que se estabelecem entre esses indivíduos numa determinada nação,

E, enfim, o meio aparece como um campo de intervenção em que, em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos como na disciplina, vai se procurar atingir, precisamente uma população [...] O que vai se procurar atingir por esse meio é precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles. (FOUCAULT, 2008b, p. 28)

Logo é possível afirmar que a construção de estratégias e saberes científicos voltados para o funcionamento da biopolítica não funcionam sem estar articuladas sem os elementos da normalização e a regularidade na construção dos saberes produzem anormalidades. A partir de uma perspectiva foucaultiana, podemos dizer que as inúmeras doenças mentais são produzidas pelos saberes científicos,

⁴ É preciso ressaltar que uma racionalidade política não substitui a outra, antes disso, a biopolítica se mostra como um aprimoramento político; não há população produtiva se não houverem sujeitos normalizados e corpos docilizados.

⁵ É preciso ressaltar, que numa perspectiva foucaultiana isso se dá na forma de uma emergência da sociedade e não como uma imposição do Estado.

⁶ A vida e a morte não são desses fenômenos naturais, imediatos, de certo modo originais ou radicais, se localizariam fora do campo do poder político.

⁷ “O *éthos* para os gregos é um modo de ser do sujeito que se traduz em seus costumes [...] a ética, uma maneira de ser e conduzir-se” (CASTRO, 2016, p. 154-156).

logo não se trata de uma evolução da ciência, mas regularidades que vão constituindo formas de vida que, de certa maneira, não se encaixam na condição do “normal”. Assim, o poder sobre a vida, que, num primeiro momento tem como cerne a produção da vida, pode se constituir como uma forma de poder que também atua na produção de mortes, o que Foucault (2010) vai chamar de Racismo de Estado. O autor afirma que,

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX se constituiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer. O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 2010, p. 202)

Dessa forma, é possível pensar que, mesmo dentro das estratégias políticas de regulamentação do biopoder, onde as tecnologias governamentais têm por finalidade organização e fabricação de vida da população (a partir dos dados estatísticos e também de técnicas de poder individualizantes), há também a produção da morte. O autor levanta os seguintes questionamentos: “como um poder centrado na vida pode matar? Como exercer o poder da morte, num sistema político centrado no poder de fabricação da vida?” Portanto, esse “paradoxo” consegue ser explicado a partir da invenção do racismo, que, segundo Foucault, foi inserido nos mecanismos do Estado a partir do biopoder, podendo ser compreendido como um corte entre a população: os que devem viver ou morrer. É preciso ressaltar que o racismo – invenção e produto da modernidade – existiu em outras epistemes, porém assumia uma posição diferente das formas que opera no biopoder.

Nesse sentido, podemos reiterar que, o aparecimento das raças e a qualificação das mesmas (boas ou ruins), vai fragmentar o campo biológico de que o poder se incumbiu se constituindo, no interior de uma população, como um fragmentador biológico no que tange ao biopoder. Além disso, o racismo terá um papel produtor de relações entre os que diferem entre si, constituindo um sistema de pensamento baseado na melhora da vida de uns a partir da morte de outros: quanto mais eu deixo morrer, mais eu vivo. É preciso notar que esse tipo de racionalidade não é criado no Estado Moderno, mas o faz funcionar e uma maneira nova, baseada em verdades científicas. Segundo Foucault (2010), de fato o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é militar ou guerreira, mas do tipo biológico. Assim, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2010, p. 215).

A raça se constitui, então, como a condição de aceitação em tirar a vida dentro de uma sociedade de normalização, ou seja, a função assassina do Estado só consegue operar, sem causar grandes impactos a partir do racismo. É preciso ressaltar aqui que por tirar a vida não se aplica simples e unicamente a morte da vida física ou diretamente realizada por um assassino, mas sim o fato de expor a morte ou de multiplicar para alguns o risco da mesma, seja ela biológica, política, social ou cultural. Assim, a produção de vidas passíveis de morte, no escrutínio do biopoder, em nome de uma parte da população que interessa ao Estado, seja econômica ou socialmente se dá arraigada na ciência; que, enquanto produtora de verdades, consegue enumerar, classificar as existências que “merecem” permanecer constituindo o corpo social.

Tais afirmações permitem afirmar que a gestão da população admite, estatisticamente, perdas, corpos que escapam e esses corpos são tomados como descartáveis. Assim, a biopolítica é a gestão de uma população, o que não implica a negação da morte do Poder Soberano e é justamente esse deixar morrer, agora, parte do biopoder que Mbembe (2018) toma como sua referência para construir um conceito que problematiza o biopoder na contemporaneidade e que possui como foco de estudo dos que “sobram” diante da sociedade; podemos entender a Necropolítica Mbembeana como uma atualização do Racismo de Estado mencionado por Foucault.

Logo, tangenciando a discussão, podemos ressaltar os diferentes movimentos existentes na atualidade que realizam de forma estratégica a morte, simbólica ou não, de alguns grupos sociais, como é caso da profissão docente. Podemos perceber um crescente número de práticas que colocam o sujeito

professor na mira da morte enquanto profissional. Além dos estudos acadêmicos mostrando que a docência vem sendo foco do empreendimento de políticas de morte à profissão, os dados estatísticos reiteram essa prática, com discursos que responsabilizam o professor pelo “fracasso escolar” no ensino brasileiro.

Podemos compreender como um dos efeitos dessas estratégias (governamentais ou não), a produção de inúmeros documentos que normatizam os modos de ser professor, afastando-o assim, ainda mais, do cerne do seu trabalho: o conhecimento. Essa problemática faz, inclusive, nos moldes foucaultianos de análise, que o professor seja também visto como um grupo passível de morte, não somente simbólica (afastamento professor-conhecimento), mas biológica, dados os altos números de afastamento de professores de seus postos de trabalho por adoecimento.

A RACIONALIDADE POLÍTICA DA MORTE: NECROPOLÍTICA E AS NOVAS FORMAS DE CONCEBER AS POPULAÇÕES

Outro conceito que será o mote da constituição do presente trabalho é o conceito de Necropolítica, termo cunhado pelo filósofo/sociólogo camaronês Achille Mbembe, que por sua vez problematiza alguns conceitos de Michel Foucault: biopoder e biopolítica. Com o conceito de Necropolítica (2018) - políticas voltadas para a morte de população em massa -, Mbembe opera um deslocamento nas concepções de biopoder e biopolítica, pois seus estudos analisam como diferentes relações de poder se manifestam produzindo outras formas políticas para além/aquém da biopolítica, levando em conta a constituição de estados democráticos e suas paradoxais práticas.

Os processos de transformação estrutural provocados pela flexibilidade econômica na morfologia dos Estados latino-americanos, mudou a mediação social e a maneira de gerir conflitos. Para as sociedades estudadas, a tendência não se acha no que Foucault (1995), chamou de biopolítica. Biopolítica está entendida como o conjunto de conhecimentos e estratégias sobre as características vitais dos seres humanos, que talvez não existiu como forma de controle do governo difundida na América Latina, mas como um gerenciamento técnico e administrativo da gestão do risco que faz o controle através de dispositivos de tecnologia de vigilância e contém pela força, não através de sistemas de subjetivação o panóptico disciplinar. (DÍAZ, 2015, p. 440)

O conceito de Necropolítica é potente para entendermos como se dá essa nova racionalidade compreendida como uma forma de guerra (corpo, vida e morte inscritas na ordem do biopoder), para a promoção da morte, em períodos de crise, nos modos capitalistas. É preciso ressaltar que esse deslocamento acontece, pois Mbembe volta o seu olhar para países que vivem em Estado de Exceção, fugindo das análises centradas em países da Europa Ocidental. Em suas na pesquisa, de Mbembe traz, principalmente, como eixo central as questões de governo na contemporaneidade nesses contextos. O conceito de Exceção, de forma mais simplista, pode ser compreendido como a situação em que um país (Estado) vive um contexto de crise econômica ou política e, estando nessa situação, o líder desse país recorre a alguns mecanismos, seja a suspensão de alguns direitos garantidos pela própria constituição do país: os direitos fundamentais deixam de existir a fim de reestabelecer a “ordem” nacional. Um Estado de Exceção tanto pode ser um mecanismo utilizado para resolução de uma crise interna no país quanto uma prática duradoura de um governo.

A noção de Estado de Exceção de Mbembe é inspirada em Agamben que entende a exceção como modo de fazer político contemporâneo, produtora do que o autor chama de vida nua. O conceito de vida nua se refere ao sujeito submetido a viver sob o Estado de Exceção, algo que o filósofo entende como inerente às formas de vida do Ocidente, onde o corpo físico e social está sob o controle jurídico-político do Estado. Segundo Peixoto (2020), “a vida nua se tornou política no ocidente, ela é regra sempre vigente, e desse modo, o conceito está diretamente associado ao de estado de exceção.”

O conceito de vida nua é trabalhado por Agamben a partir da politização da zoé (animalidade ou infância), considerando a transposição para o espaço político daquilo que deveria estar circunscrito à esfera particular da casa [...] Quando o inqualificado da zoé ingressa no espaço qualificado e qualificador da polis, ele não pode mais permanecer na negação de toda

qualificação, ainda que, como vida nua, ela seja qualificada apenas por meio de sua resistência a aceitar a investidura de uma qualidade (BAPTISTA, 2014).

Nos apoiamos em Agamben (2004) para pensar sobre o Estado de Exceção, pois segundo esse autor essa é uma questão que tem se tornado central nas políticas de governo da contemporaneidade, a partir dos anos 90, levando em conta decisões tomadas nas duas grandes guerras mundiais. A teoria do autor, defende que há uma tendência contemporânea onde há uma progressão do estado de exceção, onde a distinção entre estado de guerra ou paz seja impossível, fazendo com que o estado de exceção seja uma regra universal, ou seja, na idade moderna a exceção tem se tornado uma técnica de governo e um dispositivo biopolítico para controle da população.

Originalmente, o estado de exceção foi pensado para ser utilizado em situações extraordinárias, porém, como observa Agamben, sua utilização se tornou um instrumento político e uma constante técnica de governo. Em suas investigações, o pensador italiano localiza a prática da exceção nas origens dos Estados dos novecentos com uma lei que tem poder de suspender o ordenamento jurídico vigente, fazendo com que o Estado atue por meio de decretos com força de lei, uma vez que as leis antigas não possuíam forças para se impor. (SOUZA, 2018, p. 37)

Nessa direção, os limites entre Soberania e biopolítica se tornam tênues, visto que os direitos suspensos para a própria conservação do Estado dificultam um traçamento entre o que é o Poder Soberano e o poder sobre o corpo biológico – população – como técnica biopolítica de governo a fim de retomar a “normalidade”. Para Agamben é no Estado de Exceção que os direitos individuais são abolidos e o risco de morte violenta à determinados grupos sociais se tornam justificáveis. O autor constrói seu conceito de Soberania e Exceção a partir de diálogos entre Walter Benjamin e primeiro nome Schmitt, sendo o conceito de Soberania analisado a partir da decisão que produz o Estado de Exceção, para Schmitt (1996, p. 87), “soberano é aquele que decide sobre o Estado de Exceção”. Para o mesmo autor, o Soberano aparece, nesse caso, como um protetor do Estado, visto que na exceção as leis não se sustentam sozinhas.

Podemos nesse momento estar nos perguntando que articulação seria possível estabelecer entre a soberania e a biopolítica. Olhando apenas pelo viés foucaultiano, há um grande distanciamento entre esses dois conceitos, porém se levarmos em conta as formas políticas da contemporaneidade e olharmos através do prisma da técnica de governo defendida por Agamben, alguma aproximação é possível. Nessa direção, a Soberania pode ser compreendida como uma estratégia biopolítica com vistas a evitar mudanças que possam prejudicar a ordem já estabelecida pela sociedade.

[...] a exceção não deve ser utilizada somente como autodefesa do Estado para sua conservação, mas apenas para garantir os direitos e as liberdades dos indivíduos, mesmo que isso signifique a redução deles por algum tempo. Embora isso não signifique que para Schmitt não haja importância na preservação do corpo político, uma vez que, segundo sua concepção, as leis não possuem forças para serem sustentadas por si mesmas. Elas necessitam de um poder (soberano) que possa lhe dar suporte e fazer com que elas realmente entrem em vigor. Porém, a manutenção desse corpo político não pode ser o fim a ser alcançado pelo dispositivo da exceção. (SOUZA, 2018, p. 40)

Assim, ao definir, de forma antagônica, biopoder (fazer viver ou deixar morrer) e soberania (fazer morrer ou deixar viver), parece-nos, num primeiro momento, que são formas políticas discrepantes, porém essa distinção não leva em conta que, na contemporaneidade, existem formas de governo que buscam, nas características de um poder soberano, uma equivalência com o Estado que compreendido por biopolítico também opera deixando parte de sua população à morte. Nesse sentido, é preciso apontar que a diferença no contexto da “bionecropolítica” é que a esta se dá também na gestão da morte, mas não mais voltada para o indivíduo e sim de grupos da população. Apoiando-nos em Foucault afirmamos que o poder disciplinar não foi substituído pelo biopoder, mas que este se constitui em formas de poder mais minuciosas. Assim, tomando como verdadeiro a concepção de Foucault sobre como se constituem “novas” formas políticas, podemos, a partir de uma concepção menos determinista, requalificar nosso entendimento sobre a figura do soberano.

As teorias passam da tentativa de justificação do sujeito do direito da soberania desde a figura do monarca às mais próximas temporalmente como a que demarca a soberania na figura da nação. Ou seja, O soberano se manifestou em formas distintas de governo e que não pode ser identificado exclusivamente com o rei, mas alcança aí, presidentes, ministros e, no limite, o próprio estado como entidade. (NASCIMENTO, 2012, p. 101)

Logo, é possível defender que, mesmo em uma sociedade governada nos moldes da biopolítica, podem (e existem), nas estratégias políticas, traços de soberania, não estando essa, na contemporaneidade, desvinculada ao biopoder, principalmente em contextos como a exceção conceituada por Agamben. O conceito de biopolítica, ainda que consiga explicar os complexos mecanismos político-econômicos que ocorreram no liberalismo, não dá conta da dimensão política específica de países como o Brasil que, no momento, dos países na América Latina, pois as práticas políticas nesses lugares, não assumem um caráter de preocupação com a aumento/manutenção de vidas produtivas, visto que se encontram em constante Estado de Exceção. Numa leitura normativa de política, pode se compreender que esta é o exercício da razão na esfera pública, como um agente plenamente moral.

Logo, o biopoder nesse contexto, opera abandonando à morte aqueles os quais atrapalham o andamento econômico do Estado e não mais gestando essas vidas a fim de torná-las produtivas. A partir dessas percepções, é possível entender que o biopoder na contemporaneidade do que Mbembe (2018) chama de necropoder, pois essa nova racionalidade política tem como máxima manter a vida de poucos (os que importam economicamente) a partir da morte de muitos (os que oneram de alguma forma o Estado). Nesse sentido, Mbembe (2017) levanta alguns questionamentos, dentre eles se a noção de biopoder será suficiente para designar as práticas contemporâneas as quais o político, sob a máscara da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, opta pela aniquilação do inimigo como objetivo prioritário e absoluto?

Assim, é importante dissertar sobre a produção da mudança de perspectiva dos conceitos de biopoder/biopolítica realizada por Mbembe, pois o viés utilizado pelo autor amplia o debate para a compreensão das formas como se constituem a vida e a morte, em contextos neocoloniais na contemporaneidade. Nesse sentido, podemos afirmar que o conceito de Necropolítica se legitima enquanto um viés epistêmico-metodológico que contribui para refletir acerca dos processos político-econômicos no Brasil, que de certa forma, atualiza alguns aspectos de país colonizado.

A perspectiva necropolítica rompe as fronteiras dos países que passaram pelos processos de colonização e neocolonização e assume uma importância analítica numa agenda mundial onde podemos pensar em um devir negro do mundo onde a precarização da vida inclui não apenas as populações negras, mas também os não negros empobrecidos e cada vez mais precarizados. (LIMA, 2018, p. 23)

Podemos compreender que o conceito de Necropolítica se constitui como uma possibilidade de deslocamento do conceito de biopolítica cunhado por Foucault, possibilitando assim a utilização de ferramentas analíticas ou epistemológicas que nos auxiliam ler os fenômenos da contemporaneidade marcados pela normalização das existências a partir ou, de uma economia dos poderes ou até mesmo a partir de práticas de violência, exclusão e opressão em contextos latino-americanos, como o Brasil.

Baseando-se nessas afirmações, é possível questionar como se dá a “passagem” da biopolítica para a Necropolítica, isto é, quais os elementos que possibilitaram que uma política voltada pra a produção da vida se constituísse, nos países colonizados, como uma política que tem como foco a aniquilação em larga escala da população? Nesse sentido, se tormarmos emprestado o conceito de dispositivo em Foucault, podemos apontar as inovações tecnológicas se constituindo como um elemento essencial nessa nova racionalidade, tendo em vista que a produção, norteadas pelo capitalismo, precisa cada vez menos de força de trabalho humano, formando enclaves econômicos e modificando as relações sociais entre as pessoas. Assim, as tecnologias substituem o trabalhador, criando engrenagens sociais cada

vez mais complexas, onde o sujeito - não mais útil e oneroso ao sistema – se constitui como uma vida descartável.

Mbembe constrói a concepção de sujeito olhando para as categorias de morte e de “devir sujeito” baseando-se em Hegel - síntese dialética do ser e do não ser produzindo um desaparecimento do sujeito a partir da negação da natureza desse sujeito: primeiro o sujeito nega a natureza de suas necessidades, transformando depois essa negação por meio do trabalho de luta. Nessa perspectiva, a morte humana são os riscos assumidos pelo sujeito de forma consciente. “O ser humano verdadeiramente “torna-se um sujeito” na luta e no trabalho pelos quais ele enfrenta a morte [...] supõe sustentar o trabalho de morte [...] a política é a morte em que vive uma vida humana” (MBEMBE, 2018, p. 12 e 13) – ora articulando, ora contrastando com as noções de Georges Bataille sobre soberania, política e sujeito. Para esse autor, a morte e a soberania operam a partir do princípio do excesso tirando a morte do horizonte da significação, ou seja, “a política só pode ser traçada como uma transgressão em espiral, como aquela diferença que desorienta a própria ideia de limite” (MBEMBE, 2018, p. 16).

Outros elementos de Necropolítica são importantes e cada vez mais acionados, por exemplo, o enfraquecimento das políticas de saúde, o impedimento à qualificação via educação, a falta de investimento em saneamento básico, o estímulo a destruição sistemática de florestas, a negação de benefícios sociais (aposentadoria, auxílio cárcere, congelamento de salários, etc.). Assim, a partir dessa breve introdução sobre o conceito de Necropolítica cunhado por Mbembe é preciso ressaltar que nosso objetivo em um primeiro momento é fazer uma derivação desse conceito. Pretendemos olhar para as políticas de morte não somente como políticas que operam na morte biológica do sujeito, pois compreendemos que o necropoder, diante do modo de vida neoliberal, opera também retirando direitos sociais da população “que sobra”, produzindo assim, uma morte também de cunho social de determinados grupos.

O Dispositivo de Necrodocência

Retomamos os subcapítulos anteriores para abrir o seguinte questionamento: como se constitui a profissão docente em tempos em que o modo político opera com traços necropolíticos. Nossa hipótese é a de que, a partir/na ótica neoliberal, em países subdesenvolvidos, a Necropolítica produz efeitos também na profissão docente. Ações políticas (seja de Estado ou de governo), nos últimos anos, tem acelerado o processo que vamos chamar de Necrodocência: políticas de morte à profissão docente. Alguns exemplos podem ser evidenciados de imediato, como a desvalorização financeira da profissão, seja em nível municipal, estadual ou federal.

Outro aspecto relevante é a questão do adoecimento docente, tema amplamente pesquisado em diferentes áreas (medicina, educação, psicologia, etc.). Há no país um número considerável de professores afastados por motivos de doenças adquiridas na própria profissão.

A profissão docente, existente há séculos, atravessa contemporaneamente um dos seus piores momentos. O mestre visto antes como uma figura profissional essencial para a sociedade, é hoje um profissional que luta pela valorização e reconhecimento social do seu trabalho. Daqueles que persistem na profissão, muitos já apresentam sinais de adoecimento físico ou psicológico com diagnósticos conhecidos e causas desconhecidas. (CRUZ & LEMOS, 2005. p. 65)

Essas políticas não estão desarticuladas de outros aspectos inerentes à profissão docente, como por exemplo, as relações interpessoais (professor/aluno, professor/direção da escola, professor/pais de alunos) e as construções arquitetônicas das instituições escolares. Além disso, podemos afirmar que as mídias possuem um relevante papel na fabricação de modos de ser docente na atualidade, funcionando como uma “máquina produtora de condutas” que dá visibilidade a determinados tipos de professor, assim como, funciona como um espaço de dispersão de discursos sobre a profissão docente. Apontamos a mídia como uma “máquina produtora de condutas”, pois compreendemos que esta, em suas múltiplas formas de enunciar/visibilizar os sujeitos, acaba por produzir nos professores desejos por determinados “modos de ser” em sua profissão.

Outra questão fundamental para compreendermos como vai se constituindo a Necrodocência são as reformas curriculares que ocorrem no país. Exemplo disso é a Base Nacional

Comum Curricular (BNCC - BRASIL, 2017) e a Reforma do Ensino Médio (BRASIL, 2017) que, em diferentes aspectos, colonizam o trabalho do professor, tendo como efeito um corpo docente que acaba por ser reconhecido apenas como um executor de conteúdos já pré-estabelecidos por essas reformas.

A imposição de um currículo assume a transcendência de um certo conhecimento que tem potencial para conseguir uma sociedade melhor; contudo propor um currículo é eliminar estruturalmente outras possibilidades. Este processo nunca é neutro e desprovido de implicações sociais. O conhecimento sempre está inserido num mundo material e social. As contradições do currículo são idênticas às dos nossos papéis profissionais. (POPKEWITZ, 1992, p. 48)

A BNCC como política curricular faz uma leitura restritiva sobre a educação no país, sendo um documento normativo que produz na classe docente uma espécie de padronização, eliminando as questões sobre diversidade e diferença nas escolas de diferentes locais. Além disso, no que tange à profissão docente, a BNCC esvazia o mote do trabalho docente que é o conhecimento, visto que, ela representa um ensinar baseado só na questão cognitiva dos alunos sem perpassar na “autonomia” docente em produzir materiais didáticos, não levando em conta a heterogeneidade dos diferentes modos de aprender, os quais o professor está em contato todos os dias nas salas de aula.

Além disso, é preciso dar ênfase para as políticas voltadas para a Educação à Distância que, em seus modos operacionais acaba por destituir, de certa forma, o professor do papel do ensino, pois grande parte de processo formativo nos cursos à distância é realizado entre os alunos e os tutores. Nesse sentido, a Educação à distância, como é o caso da UAB (Universidade Aberta do Brasil) é um bom exemplo para confirmar como a Necropolítica de Mbembe produz efeitos em profissionais como os docentes (OSÓRIO, 2014).

Logo, é possível afirmar que esses elementos estão relacionados entre si, constituindo o que vamos chamar de *Dispositivo de Necrodocência*: um conjunto de elementos heterogêneos (referentes à educação) se interrelacionando e se (re)produzindo em meio as relações de saber-poder, constituindo uma política de morte ao professor como sujeito do conhecimento. Esse dispositivo, em termos foucaultianos, é o operador de análise quando olhamos para a profissão docente na contemporaneidade. A partir disso, pretendemos perceber como esses elementos se inter cruzam para produção da morte e fabricação de determinados tipos de professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do conceito de Dispositivo de Necrodocência se deu a partir da articulação entre o dispositivo foucaultiano e a necropolítica de Mbembe e, nesse sentido, nosso objetivo foi, num primeiro momento, aproximar esses dois conceitos a fim de perceber a potencialidade da articulação e os desafios conceituais que a mesma nos traria. Assim, emergiu a necessidade de contextualizar o conceito mbembeano em nossa pesquisa, pois consideramos que a necropolítica no Brasil não opera em condições iguais a análise realizada pelo autor.

Olhando para a necropolítica como um dos eixos da criação do conceito de necrodocência, entendemos que, no que tange à docência, a mesma se dá de forma simbólica em elementos que se vinculam sistematizando o afastamento os professores da sua posição de construtores do conhecimento científico-pedagógico. Observando esse emaranhado de elementos, percebemos que a necrodocência atua enquanto um dispositivo e assim, compreendemos que a construção do conceito de Dispositivo de Necrodocência é potente, enquanto ferramenta teórico-analítica para investigarmos as formas contemporâneas de se pensar e constituir a docência. Entendemos que esse dispositivo opera na produção de subjetividades docentes e que, no que tange ao conhecimento, essa subjetividade é a da morte do sujeito do conhecimento.

É possível perceber com relação ao Dispositivo de Necrodocência, na contemporaneidade, as linhas de força - constituídas pelas políticas públicas e de currículo - considerando também a produção de materiais didáticos norteadores da prática docente - pela mídia, pelas práticas escolares (ou não escolares, mas que envolvam a docência) - construindo linhas de subjetividade docente, onde a desvalorização da profissão (simbólica ou física) se mostra como produtora de um novo sujeito docente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. *Outra travessia revista de literatura*, Ilha de Santa Catarina, n.5. p. 9-16. 2005.

BAPTISTA, Mauro Rocha. Notas sobre o conceito de vida em Giorgio Agamben. *Revista Profanações*, Canoinhas, vol. 1, n. 1, 2014, p. 53-74, jan./jun. 2014. <<https://doi.org/10.24302/prof.v1i1.632>>

BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece a *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br/>>

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CRUZ, Roberto Moraes.; LEMOS, Jadir Camargo. Atividade docente, condições de trabalho e processos de saúde. *Motrivivência*, Florianópolis, n. 24, p. 59-80, jun.2005. < <https://doi.org/10.5007/1913-25X>>

DELEUZE, G. *O mistério de Ariana*. Lisboa: Editora Nova Vega, 1996.

DÍAZ, Antonio Fuentes. Necropolítica e Exceção no México e América Central. In: V COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE BIOPOLÍTICA.; COLÓQUIO INTERNACIONAL DE BIOPOLÍTICA E EDUCAÇÃO.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL IHU., 2015, São Leopoldo. Anais. São Leopoldo: casa leiria, 2015. p.437 – 444. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/ihu/xvii-simposio-ihu/XVII-Simposio-IHU>>. Acesso em: dez. 2019.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 1: A vontade de saber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 70, p. 20-33, nov. 2018.

Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/03.pdf>>. Acesso em: set. 2020.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona, 2017.

NASCIMENTO, Germana da Silva. *Nas sombras da contemporaneidade: da biopolítica à tanatopolítica*. 2013. 124p. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10660>>. Acesso em: jan. 2020.

OSÓRIO, Mara Rejane Vieira. UAB e a casa do professor: enredando condutas docentes nas teias da formação ao longo da vida. In: OSÓRIO, Mara Rejane Vieira; GOMES, Vanise dos Santos (Orgs.). *Formação, Experiência Docente e Práticas Escolares*. 2.ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2014. p. 65 - 86.

PEIXOTO, Enock da Silva. Análise sobre a concepção de vida nua: por uma política vital. *Investigação Filosófica*, Macapá, v. 11, n. 1, 2020, p. 93-104. < <http://dx.doi.org/10.18468/if.2020v11n1.p93-104>>.

POPKEWITZ, Thomaz. S. Profissionalização e formação de professores: algumas notas sobre a sua história, ideologia e potencial. In: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 35 – 50.

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. *Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SCHMITT, Carl. Teologia política: quatro capítulos sobre a doutrina da soberania. In: SCHMITT, Carl. *A crise da democracia parlamentar*. São Paulo: Scritta, 1996.

SOUZA, Danigui Renigui Martins de. Estado de Exceção: Giorgio Agamben entre Walter Benjamin e Carl Schmitt. *Princípios Revista de Filosofia*, Natal, v. 25, n. 47, p. 35-58. < <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2018v25n47ID12733>>

VEIGA-NETO, Alfredo. *A Ordem das Disciplinas*. 1996. 344 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131158>>. Acesso em maio. 2019.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1 – Conceituação, participação ativa na redação, metodologia e análise dos dados.

Autor 2 – Supervisão, análise dos dados e revisão da escrita do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.